

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ESPECIALIDADE DE LUMINOTECNIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA MUSEOGRAFIA DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA CHARTERS DE ALMEIDA EM ABRANTES

Ajuste Direto – Procedimento N.º 52/2025

Índice

DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª - Objeto.....	4
Cláusula 2.ª - Contrato	4
Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato.....	5
CAPÍTULO II	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I.....	5
OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	5
SUBSECÇÃO I	5
DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 4.ª - Obrigações principais prestador de serviços.....	5
Cláusula 5.ª - Fases da prestação do serviço.....	6
Cláusula 6.ª - Prazo de execução do contrato.....	6
Cláusula 7.ª - Forma de prestação do serviço	6
Cláusula 8.ª - Receção e aceitação dos elementos constituinte do serviço.....	6
Cláusula 9.ª - Conformidade e garantia técnica	7
SUBSECÇÃO II	7
DEVER DE SIGILO	7
Cláusula 10.ª - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 11.ª - Prazo do dever de sigilo	8
SECÇÃO II.....	8
OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ABRANTES	8
Cláusula 12.ª - Preço base	8
Cláusula 13.ª - Preço contratual.....	8
Cláusula 14.ª - Condições de pagamento.....	9
CAPÍTULO III	9
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	9
Cláusula 15.ª - Penalidades contratuais	9
Cláusula 16.ª - Força maior	10
Cláusula 17.ª - Resolução por parte do contraente público	11

Cláusula 18. ^a - Resolução por parte do cocontratante	11
CAPÍTULO IV	12
CAUÇÃO E SEGUROS	12
Cláusula 19. ^a - Caução	12
Cláusula 20. ^a - Seguros	12
CAPÍTULO V	12
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	12
Cláusula 21. ^a - Foro competente.....	12
CAPÍTULO VI	13
DISPOSIÇÕES FINAIS	13
Cláusula 22. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	13
Cláusula 23. ^a - Comunicações e notificações	13
Cláusula 24. ^a - Contagem dos prazos	13
Cláusula 25. ^a - Legislação aplicável	13
ANEXO-I	14

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Assistência Técnica na especialidade de luminotecnia na implementação da museografia do Museu de arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes**, em conformidade com a legislação aplicável, as cláusulas jurídicas e os anexos ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. O Município de Abrantes designará um Gestor do Contrato, para promover o devido acompanhamento da execução do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A, em conjugação com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª - Prazo de vigência do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 25 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O início do contrato conta-se a partir da data de assinatura do mesmo e após publicitação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos <http://www.base.gov.pt>, sendo esta publicitação condição de eficácia do contrato, nomeadamente, para efeitos de pagamento.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Definição do conceito de iluminação em conjunto com os responsáveis/curadores da exposição;
 - b) Materialização do conceito de iluminação com definição dos aparelhos de iluminação;
 - c) Definição da localização dos aparelhos de iluminação;
 - d) Definição da estratégia de comando da iluminação;
 - e) Apoio na orientação/programação dos aparelhos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e equipamentos que sejam necessários e adequados à prestação do

serviço, ao cumprimento de todos os requisitos de segurança, quer das pessoas, quer da carga, bem como ao estabelecimento de um protocolo necessário à perfeita execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

- a) Fase 1: no prazo de 15 dias a contar da data de assinatura do contrato, entrega do projeto de iluminação museográfica para o MAC – Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida;
- b) Fase 2: no prazo de 10 dias após conclusão da fase 1, apoio técnico na orientação dos aparelhos e na programação do sistema de comando da iluminação museográfica do MAC – Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida.

Cláusula 6.ª - Prazo de execução do contrato

1. O fornecedor obriga-se a concluir os serviços referidos no presente Caderno de Encargos nos prazos indicados na cláusula anterior.
2. Os prazos previstos no n.º 1 podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Abrantes ou a requerimento do fornecedor devidamente fundamentado, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º e no artigo 440.º, por remissão do artigo 451.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª - Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, em data a acordar por ambas as partes, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Abrantes, das quais poderá ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. Todas as comunicações, atas e demais documentos elaborados devem ser integralmente redigidas em português.

Cláusula 8.ª - Receção e aceitação dos elementos constituinte do serviço

1. No prazo de 3 (três) dias após a realização do serviço, o Município de Abrantes procede à

verificação do mesmo, para confirmar se este se encontra nas condições descritas nos documentos técnicos entregues ao prestador do serviço.

2. No caso da análise efetuada pela Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade com as exigências, o Município de Abrantes deve informar, por escrito, o prestador.
3. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, à regularização das situações que se encontrem em desconformidade, num período acordado entre as partes.
4. Após a realização da regularização das situações descritas no número anterior, o Município de Abrantes procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
5. Caso a análise do Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade, a aceitação do serviço, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, deve ser comunicada pelo Município de Abrantes ao prestador dando conta da conformidade dos mesmos.

Cláusula 9.ª - Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Abrantes em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 10.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem

comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 12.ª - Preço base

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base (máximo) do procedimento é fixado em 7.000,00€ (sete mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual.
2. O referido montante inclui todas as despesas referidas no nº 2 da cláusula seguinte.

Cláusula 13.ª - Preço contratual

1. Pela realização do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço a que se refere o n.º 1 é pago nos seguintes termos:

- a) com a conclusão da fase 1 – 70% do preço contratual;
- b) com a conclusão da fase 2 – 30% do preço contratual.

Cláusula 14.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Abrantes, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a receção pelo Município de Abrantes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão de cada fase indicada na cláusula 5ª do presente caderno de encargos.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome de Município de Abrantes, contribuinte 502661038 e enviadas em formato PDF para o e-mail faturacao@cm-abrantes.pt, ou, no caso de se tratar de faturação eletrónica, através da solução EDI, via plataforma Saphety (www.saphety.com), com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da data indicada e acordada com o município, nos termos da cláusula 5ª do presente caderno de encargos, a pena pecuniária a aplicar será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P=V*A/500$$

em que

P = montante da penalidade;

V = preço contratual;

A = número de dias em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor contratual vincendo.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador, ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou outra, resultantes do incumprimento pelo prestador, dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam e que se revelem impeditivas do exato cumprimento do contrato;
 - d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte do prestador, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador, não devidas sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Abrantes.

Cláusula 18.ª - Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato nos termos da lei.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 20.ª do presente caderno de encargos.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 19.ª - Caução

Não é exigida prestação de caução ao abrigo da al. a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 20.ª - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade, inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato.
2. Os encargos relativos aos seguros previstos no número anterior, bem como quaisquer deduções efetuadas pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correrão por conta do prestador.
3. O prestador deverá assegurar a manutenção em vigor das apólices de seguro contratadas durante a execução do contrato.
4. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.
5. Se o prestador não mantiver em vigor os seguros mencionados no n.º 1, deste ponto, o contraente público poderá mantê-los válidos, pagando os respetivos prémios e deduzindo as quantias correspondentes nos pagamentos a fazer ao prestador.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 21.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

AnexoI-Informação Técnica

ANEXO I

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Assistência Técnica na Especialidade de luminotecnia Museográfica para o MAC – Museu de Arte Contemporânea Charters de Almeida

METODOLOGIA

Pretende-se que o design de iluminação seja desenvolvido considerando as seguintes grandes áreas:

- I. iluminação funcional;
- II. iluminação de valorização cénica;
- III. iluminação de carácter museológico.

ILUMINAÇÃO FUNCIONAL

A instalação de iluminação funcional/normal terá que cumprir o previsto na norma 12464-1 relativamente aos níveis de iluminância, uniformidade e encandeamento.

ILUMINAÇÃO ZONAS DE EXPOSIÇÃO

1. Nas zonas expositivas serão implementadas soluções de iluminação permitindo uma utilização bastante versátil e polivalente dos espaços. Essas soluções serão, de uma forma genérica, estabelecidas com recurso a calhas para projetores, cuidadosamente integradas nos elementos arquitetónicos das salas e colocadas de forma a permitir a iluminação de todos os espaços das salas (paredes ou espaços centrais) sem encandeamentos ou brilhos indesejados. A iluminação expositiva será desenvolvida em harmonia com o projeto de museografia e tendo em consideração que a degradação causada pela luz é cumulativa e irreversível. As soluções de iluminação serão definidas em função do tipo de bem cultural a iluminar, respeitando os níveis máximos de UV e lux recomendados em função da sua natureza e estado de conservação e considerando a lei da reciprocidade (expondo os objetos a valores de luminância inferiores ao recomendado permite aumentar o período de exposição). De uma forma genérica, a iluminação será feita com recurso a projetores com tecnologia LED com regulação de fluxo de forma a poder limitar o nível de luminância, o nível de infravermelhos e ultravioletas e a temperatura a que os objetos estão sujeitos. Os níveis a respeitar, segundo as indicações do ICOM, serão os seguintes:

- I. Materiais muito sensíveis (têxteis, aguarelas, guaches, papel, pergaminho, fotografia, couro pintado, generalidade das coleções etnográficas e de história natural, zoologia), inferior a 50 lux (12500lux.hora/ano) e inferior a 30 μ W/lm (UV);

- II. Materiais sensíveis (pintura a óleo e têmpera, couro não pintado, laca, mobiliário, marfim), inferior a 200 lux (600000lux.hora/ano) e inferior a 75 μ W/lm (UV);
 - III. Materiais pouco sensíveis (metais, pedras, cerâmica, vidro), inferior a 300 lux e inferior a 75 μ W/lm (UV).
2. A solução de iluminação artificial deverá conjugar-se com a iluminação natural para o que será previsto um sistema de controlo de iluminação com sensores de luminância e presença promovendo o aumento ou diminuição do fluxo em função das contribuições de luz natural e presença de visitantes.

PROJECTORES

Pretende-se a utilização de projetores com as seguintes características:

- I. aparelhos com IRC (Índice de Restituição Cromática) superior a 95 (preconiza-se que o valor relativo à cor vermelha, R9, assegure um valor mínimo de 90), com comando DALI (assegurando a variação do fluxo luminoso de cada projetor individualmente) e temperatura de cor de 3000°K ou 4000°K; os valores propostos serão estabelecidos em conjunto com os responsáveis pelas coleções e pela museografia;
- II. os projetores deverão possibilitar a integração de diversos acessórios óticos como lentes wallwashers, superspot, spot, flood ou wide flood, elípticas, suavizadoras ou facas para controlo do “cone de luz” ou ainda honeycombs e snoots para controlo de encandeamentos;
- III. os projetores deverão possuir soluções mecânicas permitindo rotações de cerca de 360° e 120° segundo os eixos vertical e horizontal;
- IV. a potência e fluxo luminoso dos projetores será estabelecida em função da altura de montagem dos aparelhos.

SISTEMA DE CONTROLO DE ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- I. montagem de um sistema de controlo de iluminação, para assegurar o controlo da iluminação e o aumento da eficiência energética da instalação;
- II. este sistema é constituído por sensores de presença e luminância nas diversas salas, permitindo diminuir o consumo em função da não-presença de visitantes ou da contribuição da luz natural.